



**CENTRO DE ARTES HUMANIDADE E LETRAS – CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

EDMÁRIA LIMA MEDEIROS

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS:
Uma Reflexão Sobre as Dificuldades e Possibilidades desta Atuação.**

CACHOEIRA –BA

2014

EDMÁRIA LIMA MEDEIROS

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS:

Uma Reflexão Sobre as Dificuldades e Possibilidades desta Atuação.

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Centro de Artes Humanidades e Letras para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Professora Orientadora: Ma. Marcela Mary José da Silva.

CACHOEIRA –BA

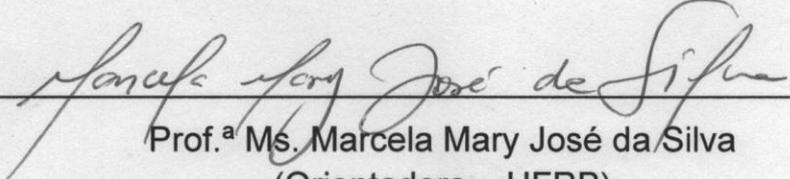
2014

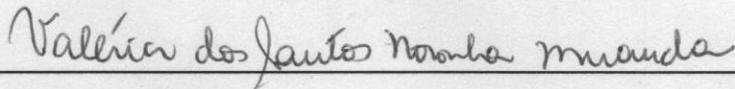
EDMARIA LIMA MEDEIROS

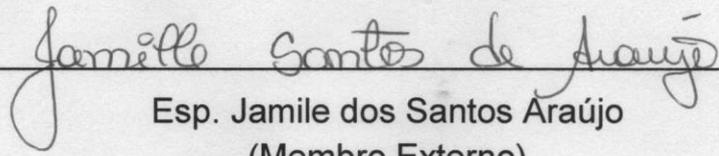
A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: uma reflexão
sobre as dificuldades e possibilidades desta atuação.

Cachoeira – BA, aprovada em 14/11/2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Ms. Marcela Mary José da Silva
(Orientadora – UFRB)


Prof.ª Dr.ª Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)


Esp. Jamile dos Santos Araújo
(Membro Externo)

Dedico esse trabalho com todo o carinho a minha família que pacientemente espera por mim, que me abre os abraços como fonte de energia quando chego, com o propósito de revigorar as minhas forças com Amor e Carinho.

Um brinde a vocês!

*“Até quando você vai ficar usando rédea?
Rindo da própria tragédia?
Até quando você vai ficar usando rédea?
(Pobre, rico, ou classe média).
Até quando você vai levar cascudo mudo?
Muda, muda essa postura
Até quando você vai ficando mudo?
Muda que o medo é um modo de fazer
censura. (...)
Muda, que quando a gente muda o mundo
muda com a gente.
A gente muda o mundo na mudança da
mente. E quando a mente muda a gente
anda pra frente.
E quando a gente manda ninguém manda na
gente. Na mudança de atitude não há mal
que não se mude nem doença sem cura.
Na mudança de postura a gente fica mais
seguro, na mudança do presente a gente
molda o futuro!
Até quando você vai levando porrada, até
quando vai ficar sem fazer nada?”*

(Gabriel o pensador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a **DEUS**, pela proteção e cuidado durante as viagens, sem Ele nada disso seria possível ser alcançado. A Ele toda honra e toda glória!

Também aproveito o momento para agradecer ao meu tão amado esposo, **Mazinho**, por suas renúncias, por sua paciência e compreensão, pelo incentivo, pela força, só eu sei o quanto me amas! Sinto-me assim: AMADA! E como diz a palavra, “o amor não busca seus interesses... tudo espera, tudo suporta”, por isso meu amor, hoje estamos colhendo, juntos, os frutos do nosso empenho! Esta vitória é nossa!!!

Agradeço aos meus filhos, **Eric, Igor e Áila**, pelas horas de conversas e resenhas só nossas, por compreenderem minha ausência, por me ajudarem a superar os desafios, por confiarem completamente em mim! A **Jéssica** e a pequena **Clarice** pelos momentos de completa alegria e realização. Vocês juntos são mais que demais! Amo cada um de vocês especialmente!

A minha mãe, **Fátima**, razão do meu existir, por todo amor e carinho dispensado a mim, por não me deixar esquecer que minha presença era importante, Te amo demais! Aos meus sogros Seu **Zé** e D. **Zinha**, pelo carinho e admiração que sentem por mim, o sentimento é recíproco. O apoio de todos vocês foi fundamental para que essa etapa da minha vida fosse vencida. Obrigada!

Aos meus irmãos **Ney e Suzana** sempre ali, baluarte da família, com seu jeito sabedor de tudo (rsrsrsr), protetor e mantenedor, Deus te abençoe! **Fabinho e Luciana** com seu jeito embolado (rsrsrsrs), cheio de inquietações sobre os problemas sociais, nossas discussões foram importantes para meu desenvolvimento acadêmico, você é ótimo! **Lane e Jazi**, minha irmãzinha querida, eu sei que você também se realiza comigo, obrigada pelas horas à minha disposição, quando eu precisava, você sempre estava ali, não esqueço inclusive as substituições de mãe, no trato com meus filhos, eu também quero dizer que te amo! Obrigada pela admiração e incentivo de vocês, por todas as nossas conversas, pela confiança, Obrigada por tudo! Pelo o que dissemos e ouvimos, tudo contribuiu para este momento!

À minha professora orientadora **Marcela Silva**, pela paciência na orientação, horas de reflexão que mudaram o meu rumo e possibilitaram a conclusão deste trabalho. Agradeço também a todos os professores do curso de Serviço Social da UFRB – Turma 2010.2, Henrique, Albany, Rosenária, Rosemeire e etc. todos vocês foram importantes para a minha vida acadêmica, jamais os esquecerei!

Agradeço à minha linda professora Dra. Valéria Noronha, a minha admiração por você é imensa, foi você a primeira professora quando cheguei em sala de aula, você, já estava lá com seu jeito moleca, nem acreditei que fosse professora. Agora também me ajuda a encerrar este ciclo, obrigada por ter aceitado o convite para participar da banca.

Agradeço também a Jamile dos Santos Araújo por se dispor a participar deste momento tão importante para mim, obrigada por aceitar o convite para minha banca.

Agradeço imensamente a minha amiga Noelia e Valéria, companheiras de viagem, muito obrigado pela cumplicidade de vocês!

Aos meus colegas de curso pelo incentivo e apoio constantes, em especial a Bárbara, Taysa, Lilian e João pelo acolhimento, pela bondade e cooperação, a vocês meu muito obrigado!

A todos os profissionais do CRAS Ana Lúcia da Costa Silva, principalmente minha supervisora de campo, minha amiga Léa Santos, sou muito grata pela colaboração e atenção a mim dispensada.

E a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para que a vitória fosse alcançada!

A TODOS VOCÊS MEU MUITO OBRIGADO!

.

RESUMO

Este trabalho tem como tema central a Atuação do Assistente Social no Centro de Referência Social – CRAS, porque durante a inserção no campo de estágio foi perceptível algumas práticas ainda conservadoras que muitas vezes impediam ou diminuía a ação deste profissional, despertando a curiosidade em conhecer e refletir sobre os aspectos teóricos da prática profissional nesses espaços, e as possibilidades do mesmo como fortalecimento da categoria enquanto classe trabalhadora. Muitos aspectos influenciam o cotidiano do “fazer” profissional do Assistente Social no CRAS, dentre eles, as relações de poder (nem sempre identificado pelos profissionais locais), o clientelismo, a falta de recursos materiais e humanos (forma do Estado manter o controle social), a existência de lacunas que deveriam ser preenchidas com clareza do papel profissional de Serviço Social dentro da instituição estatal e a necessidade de alguns profissionais de se apropriarem do conhecimento como estratégia de luta. A literatura usada para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso levou em consideração as principais discussões desde o surgimento da assistência social no Brasil, a forma como esta foi operada e usada até os dias atuais como estratégia para legitimação de poder vigente, as mudanças que ocorreram em nosso país principalmente no campo da assistência social com significativas transformações na atuação profissional do Assistente Social na busca por novos caminhos na garantia de direitos dos usuários. Para tanto foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a de campo com abordagem qualitativa, foram realizadas entrevista com aplicação de um questionário estruturado a fim de identificar através do mesmo as dificuldades encontradas por estes profissionais para materialização de sua atuação profissional.

Palavras-chave: Atuação Profissional, Assistente Social, CRAS.

ABSTRACT

This work is focused on the Practice of Social Work at the Center for So Reference - CRAS because during insertion into the training field was noticeable even some conservative practices that often prevented or lessened the action of this professional, arousing the curiosity to know and reflect on the theoretical aspects of professional practice in these spaces, and the possibilities of it as strengthening the working class category while. Many aspects influence the daily life of "doing" Professional Social Worker at CRAS, among them, the power relationships (not always identified by local professionals), cronyism, lack of material and human resources (form of the state to maintain social control), the gaps that should be filled with clarity the professional role of social work within the state institution and the need for some professionals to appropriate the knowledge and strategy of struggle. the literature used for the construction of this Work Completion course took into account the main discussions since the emergence of social assistance in Brazil, how it was operated and used to this day as a strategy to legitimize the ruling power, the changes that occurred in our country especially in the field of social assistance significant changes in the professional practice of the Social Worker in the search for new paths in ensuring user rights. For both were used as instruments to literature and the field with a qualitative approach, interviewing applying a structured questionnaire were conducted to identify through the same difficulties encountered by these professionals for materialization of their professional practice.

Keywords: Professional Practice, Social Worker, CRAS.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Católica
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Serviço Social
DF	Distrito Federal
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDCF	Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PEP	Projeto Ético-Político
PIS	Programa de Integração Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 BREVE HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	15
1.1 A Assistência Social Brasileira.....	15
1.2 A Política Nacional de Assistência Social do Brasil	21
2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	28
2.1 A Profissionalização do Assistente Social	28
2.2. Projeto Ético-Político da Profissão de Serviço Social	32
3 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS	44
3.2 Parâmetros para atuação do Serviço Social	47
3.3 Aspectos Metodológicos.....	54
3.4 Resultados da Pesquisa.....	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIA	63
APÊNDICE	64

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central a Atuação do Assistente Social no Centro de Referência Social – CRAS. A escolha do objeto aconteceu devido a minha inserção na instituição como estagiária durante as disciplinas obrigatórias de Estágio Supervisionado I e II do curso de Serviço Social. Dentre as inquietações que surgiram durante esta experiência, a atuação do profissional de Serviço Social sua prática e as dificuldades enfrentadas por este na materialização do seu trabalho me despertaram a curiosidade em conhecer e refletir com maior aprofundamento teórico, esse exercício profissional.

O Serviço Social surge num contexto sócio-histórico caracterizado por mudanças nas formas de produção e reprodução social, a partir do movimento das relações sociais estabelecido pela sociedade capitalista em resposta ao agravamento da questão social. Sendo assim, vale ressaltar que o Serviço Social não surge das necessidades, ou seja, não é uma demanda daqueles que são alvos dos seus serviços, o trabalhador, mas sim uma estratégia da classe dominante tanto como resposta para o aumento da questão social como forma de controle social da exploração da força de trabalho (IAMAMOTO, 2013).

Sua primeira presença no Estado acontece durante o governo de Getúlio Vargas com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, este, tinha como função examinar as adequações das entidades sociais e seus pedidos de auxílio e isenções. Segundo Sposati (2007), neste período a ação social é um ato de vontade (do governante) e não de direito de cidadania.

Para Faleiros (2013), a atuação deste profissional desde o início acontecia a partir da escuta e aconselhamentos, depois frente aos próprios questionamentos do profissional pelas classes dominadas, e pela exigência da produtividade pelo capitalismo, essa atuação foi se transformando chegando inclusive a ser visto por parte do Estado como um profissional solucionador de problemas. Estes problemas eram identificados pela instituição e “resolvidos” de forma focalizada. (idem, *ibid* 2).

Estes profissionais, entendendo a diversidade de problemas e a inexistência de soluções concretas, percebem que sua atuação servia para legitimar o processo de exploração, apesar da não consciência, esta prática começa a incomodar e a

suscitar dentro da profissão a busca pela unificação metodológica da atuação profissional. (idem).

É a partir daí que se inicia no Brasil o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, inspirado e influenciado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, o qual buscava a ruptura com o tradicional e o conservador e ansiava por uma nova identidade profissional através de ações voltadas para as demandas da classe trabalhadora, (MARTINELLI, 2010).

Diante dessa problemática relacionada à sua identidade profissional, alguns questionamentos foram levantados, a quem de fato defende se, ao Estado¹ que é quem o remunera, ou se a classe trabalhadora a quem pertence por participar das mesmas condições de trabalho FALEIROS (2013). É por este motivo e indagações que se pretende neste trabalho verificar a relação de força existente dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, identificar as dificuldades de atuação enfrentadas pelo Assistente Social neste espaço, refletir sobre a prática cotidiana do Projeto Ético Político da profissão e perceber através da reflexão a possibilidade de estratégias de enfrentamento para uma prática emancipatória.

Para estas reflexões foram realizadas pesquisas bibliográficas, aplicação de testes de sondagem com os profissionais de Serviço Social durante o estágio, o qual será utilizado para visualizar alguns limites e as possibilidades encontradas pelos Assistentes Sociais na materialização do exercício profissional no Centro de Referência de Assistência Social do bairro Pedra do Descanso no município de Feira de Santana. Segundo Barroco e Terra (2012),

Muitas vezes o indivíduo apesar do discurso ético (re) produz em sua prática uma forma de pensar que é típico da ideologia dominante e é abastecido pelo senso comum no qual, os valores são abstratos, formados por ideais históricos irrealizáveis. Dessa forma a ética é reproduzida como um conceito, permitindo assim a valorização dos diferentes discursos e sujeitos políticos, favorece o ocultamento do significado histórico desses valores e a “desvalorização do potencial emancipatório da práxis ético-político” deste profissional. (BARROCO E TERRA, 2012, p.31)

Apresento no primeiro capítulo as bases da Assistência Social e o processo de formação do Serviço Social no Brasil, o papel do Estado e sua intervenção através das Políticas Sociais e como estas foram constituídas, fazendo um recorte a

¹ Como afirma FALEIROS (2013) “Sendo o Estado o maior empregador dos profissionais de Serviço Social (...)”

partir de 1930, porque é nesse contexto caracterizado por mudanças nas formas de produção e reprodução social que se gera as condições sócio-histórica para que se forme um novo espaço na divisão social do trabalho para as práticas profissionais como a do assistente social, (NETTO 1992 apud KONNO 2005).

O segundo capítulo tem o objetivo de relacionar o Projeto Ético Político da profissão de Serviço Social com o cotidiano da prática profissional. No terceiro capítulo trago a atuação do Assistente Social dentro do CRAS, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, seus limites e possibilidades, compreendendo que a relação existente entre o Estado e sociedade civil não é um complô deste com o capital, mas um processo contraditório fruto das forças existentes na relação de classe que condicionam o processo de acumulação. Por fim, nas considerações busco também refletir sobre a importância de deter o “saber” como estratégia para superar o tecnocratismo e o tecnicismo. Para Faleiros (2013) “O saber resolver problemas é resultado da correlação de forças dos enfrentamentos e da luta pelo poder”.

Portanto para transpor as barreiras encontradas na atuação do Assistente Social é preciso que este tenha consciência da posição que tem da força do adversário, dos recuos e avanços que é preciso fazer, bem como as mediações necessárias com articulações de organização, mobilização e saber. Ressaltando que muitas vezes o saber é uma forma de enfrentar desafios, poder contornar ou estimular conflitos, justificar ou criticar uma ordem social e ainda articular a continuidade ou a transformação da sociedade, (FALEIROS, 2013).

1 BREVE HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Assim como outras ações, a Assistência Social no Brasil também perpassa o campo de estratégias do Estado na legitimação do seu poder, isso acontece porque a lógica da acumulação e da dominação não são processos estáticos, rígidos e sim processos estruturais que dependendo da relação de classe e de força existentes condicionam o processo de acumulação, este, ao longo dos anos vem se modificando qualitativamente, mas, ainda assim, reforça a presença hegemônica do capital, ou seja, conforme o lado forte, o Estado tende a ceder em troca de benefícios, desde que continue legitimado no poder (FALEIROS, 2011).

Não podemos refletir sobre a atuação do profissional de Serviço Social na Assistência Social, sem compreender a maneira e o propósito de sua gênese em nosso país por isso faremos um breve resgate de sua história no tempo recente.

1.1 A Assistência Social Brasileira

Até a década de 1930 não havia por parte do Estado uma intervenção na área social. As práticas assistenciais possuíam um caráter disciplinador, a pobreza era vista como uma disfunção individual, portanto era tratada como caso de polícia. O Estado só começa a assumir novas funções a partir da Revolução de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República (MESTRINER, 2008).

Dentre seus feitos estão a criação das Caixas de Subvenção², que foi institucionalizada definitivamente através da lei nº 1.493/51, e a partir desta, seus recursos foram incluídos no Orçamento Geral da República. Essas Caixas de Subvenção permitia às instituições filantrópicas ou públicas, ofertar serviços assistenciais à população desassistidas socialmente. Também foi consolidado as Leis Trabalhistas com o propósito de dar continuidade a produtividade e ter o controle das greves e movimentos sociais, (MESTRINER, 2008).

² *Subvenção governamental* é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Comitê De Pronunciamentos Contábeis **Pronunciamento Técnico Cpc 07** Subvenção E Assistência Governamentais. Disponível em: www.static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/199_CPC_07.doc acessado em 05/09/2014 às 7:55hs.

IAMAMOTO (2013) confirma esta intenção ao dizer:

A pressão pela ampliação da cidadania social torna necessário algo como uma renegociação periódica de um Contrato Social, através do qual o Estado procura a integração e mobilização controladas dos trabalhadores urbanos pela incorporação progressiva e falsificação burocrática de suas reivindicações e aspirações. A paz social do estado corporativo pressupõe, assim o surgimento constante de novas instituições – Seguro Social, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Assistência Social etc. que aparecem em conjunturas determinadas como respostas ao desenvolvimento real ou potencial das contradições geradas pelo aprofundamento do modo de produção que atinjam o equilíbrio das relações de força. (IAMAMOTO, 2013, p. 252).

De acordo com lamamoto (2013, p. 251), esse conjunto de leis sociais é formado por mecanismos legais que reprime maiores excessos e variadas formas de extração de trabalho excedente, mas também representa a reafirmação da dominação do capital, ela incorpora as diversas reivindicações históricas do trabalhador, fazendo destas uma aceleração da acumulação através da regulamentação e disciplinamento do mercado de trabalho.

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação. (IAMAMOTO, 2013, p. 251)

Ainda neste governo foram criados o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) que segundo lamamoto (2013 p. 264), suas funções estavam definidas no decreto-lei³ que lhe instituiu, dentre eles a de órgão consultivo do governo e das entidades privadas, no entanto o CNSS não chegou a ser um organismo atuante, ficou marcado pelas manipulações de verbas e subvenções e como mecanismo de clientelismo político.

Em 1942 a primeira instituição federal de assistência social – a Legião Brasileira de Assistência Social - (LBA), no comando desta, estava a esposa do presidente da República a Sra. Darcy Vargas – começando o legado do primeiro-damismo, pois tornou-se comum as esposas dos presidentes estarem a frente da presidência da LBA, sendo sua última presidente a Rosane Collor. Depois de várias denúncias de desvios de verbas, a LBA foi extinta no primeiro dia em que o

³ Decreto-lei nº 525, de 01.07.38

Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo⁴ (TORRES, 2002 apud FERREIRA 2013).

A ação da LBA alcançava famílias da grande massa não previdenciária e também as famílias que sofriam em decorrência de calamidades, este vínculo emergencial permanece até a atualidade. Também realizava trabalhos nos âmbitos federais, estaduais e municipais, implantava centros sociais e regionais que foram importantes, pois, eram uma extensão à proteção dada aos trabalhadores como afirma, MESTRINER, (2008):

Nesse processo de expansão, procura mobilizar e coordenar as instituições sociais privadas e públicas, ao mesmo tempo em que, por meio de ações próprias, tenta suprir as defasagens apresentadas pelo sistema assistencial existente. [...] Dessa forma, contribui para a organização, ampliação e interiorização da assistência social levando a assimilação de princípios, métodos e técnicas do Serviço Social, bem como a contratação de profissionais da área, consolidando o ensino especializado. (MESTRINER, 2008, p. 145).

Este modelo de proteção social perdurou até 1964, ano do golpe militar, cujas conseqüências foram a elevação das desigualdades sociais e a pauperização da população, devido a contenção salarial realizada pelo governo militar que visava o desenvolvimento econômico. Neste período, a questão social volta a ser controlada através da coerção e violência, e os conflitos sociais são reprimidos severamente. As ações assistenciais passam a ser utilizadas pelo aparelho estatal para amenizar o empobrecimento da população e em nome da segurança nacional as mobilizações dos trabalhadores eram proibidas. (FERREIRA, 2013)

Em 1966, Com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o PRORURAL, foi iniciado o processo de universalização das políticas sociais. Também foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). É neste período que se consolida o Estado Assistencial, onde os serviços, programas e projetos da área social são criados em conformidades com as necessidades da população, sendo esta, uma prática fragmentada e setorial ainda presentes na atualidade. MESTRINER, (2008).

⁴ art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995.

Em 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social - (MPAS), foi criado e junto a ele a Secretaria de Assistência Social. Apesar dos resultados alcançados na área social, o assistencialismo e a benemerência ainda eram praticados, também era grande a pauperização e a desigualdade social da população. Insatisfeitos com esta situação, Mestriner (2008) e Ferreira (2007) afirmam que os membros da sociedade mais prejudicados e os pauperizados unem-se e iniciam um movimento contestatório pelo país.

É neste cenário que se inicia o processo de discussões sobre a elaboração de uma política pública de assistência social estabelecida constitucionalmente. Então, no período de 1980 a 1990 aconteceram incessantes debates, estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar uma proposta de assistência social efetiva. Em 1988, através da Constituição Federal (CF/88) a assistência social começa a ganhar novas formas ao ser discutida como um direito do cidadão e dever do Estado provê-la, numa tentativa de romper com a prática da caridade e da benemerência.

A CF/88 trouxe para a assistência social uma nova consciência ao certifi-cá-la como uma política de seguridade trazida no seu art. 194 da Constituição Federal:

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações e de iniciativas dos Poderes Públicos da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 2003, p. 193).

Foi de suma importância para a população a inclusão da Assistência Social no tripé da seguridade, pois, a mesma trouxe a ampliação da cobertura dos serviços assistenciais àqueles que anteriormente eram desprotegidos, segundo Couto, (2006) isto foi uma inovação.

Esta inserção bastante inovadora introduz o campo da assistência social como política social, dirigindo-se a uma população antes excluída do atendimento na ótica dos direitos. Sua definição impõe compreender o campo assistencial como o da provisão necessária para enfrentar a dificuldade que podem ser interpostas a qualquer cidadão e que devem ser cobertas pelo Estado (COUTO, 2006, p.170).

Se antes o papel do Estado, na área da assistência era subsidiado por instituições privadas, após a CF/88, este, assume a responsabilidade na condução das políticas públicas, e a população, assume o papel de participar da formulação das mesmas, (COUTO, 2006).

Para regularizar o tripé da seguridade foi criada e aprovada Leis Orgânicas, a primeira delas segundo Couto (2006), foi a da saúde em 19/09/1990 (Lei nº 8.080), em 1991 a da Previdência Social, (Lei 8.212) e por último, três anos depois, a da Assistência Social, (Lei 8.742/93)

Essa demora segundo Couto (2006) pode ser avaliada de duas formas: a primeira está relacionada com o “preconceito com a área, a falta de densidade política e de debate conceitual que alimentassem as decisões sobre a mesma. E a segunda, pode ser creditado à rearticulação das forças conservadoras no país após 1989” (COUTO, 2006), estas forças sinalizavam a crise fiscal e impediam as ações do Estado geradora de custos, inclusive o social. Esse período foi marcado pela revogação de direitos e fragilização da capacidade de intervenção do Estado através das políticas sociais.

É importante ressaltar que este é o período de consolidação do neoliberalismo⁵ no país, onde foram transferidas para as organizações da sociedade civil as responsabilidades com a área social, cabendo ao Estado apenas as funções básicas, dessa forma ele reduzia sua intervenção. O neoliberalismo no campo das políticas sociais, vem alterar suas propostas, diminuindo seus gastos e desativando os programas sociais. Dentro de sua estrutura a ordem é descentralizar, privatizar e concentrar programas sociais públicos focando na população mais empobrecida. (COUTO, 2010, p. 172)

Com o Impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello, Itamar Franco assume a Presidência e o Ministro Jutahy Magalhães, o Ministério do Bem Estar Social. Frente a um cenário de debates e grande pressão popular dos organismos de classe como, por exemplo, Assistentes Sociais e Ministério Público, em 07 de dezembro de 1993, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8.742, a mesma propõe mudanças estruturais e conceituais na Assistência social pública, COUTO, (2006)

Segundo Yasbek, (1997), apud Couto, (2006), a LOAS traz um novo significado à Assistência Social, separando-a do assistencialismo e situando-a como Política de Seguridade Social comprometida com a cidadania social dos setores mais vulneráveis da população brasileira, também aponta a responsabilidade do

⁵ Neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Estado na universalização e garantia dos direitos e acesso aos serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo propõe que a gestão da assistência social seja descentralizado e participativa.

A regulamentação da LOAS foi um passo importante para o campo da Assistência Social do Brasil, a partir desta, outras necessidades surgiram, dentre elas a criação de uma política própria, a Política Nacional de Assistência Social, tendo na LOAS o instrumento legal, normatizou os pressupostos contidos na Constituição Federal, ao estabelecer ações destinados ao enfrentamento da questão social. A Política Nacional de Assistência Social busca incorporar as exigências da sociedade no que diz respeito às responsabilidades política facilitando o entendimento de suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Apesar dos avanços citados, somente em 2004 é que ocorre a implementação da Política Nacional de Assistência Social, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva (COUTO, 2006)

Pode-se dizer que os governos compreendidos entre 1988 e 2002 contribuíram para uma fragilização da proteção social no Brasil, suas ações eram pontuais e fragmentadas, utilizando desse modelo para desconstruir os direitos garantidos constitucionalmente e afastar a autonomia das classes subalternas como afirma YAZBEK,

No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes empobrecidas administram-se favores. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora, que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade. A redução de custos tem significado uma deteriorização na qualidade dos serviços, triagens mais severas e a opção por programas assistencialistas e seletivos de combate à pobreza, como o Programa Comunidade Solidária. (YAZBEK, 2001, p.44, apud FERREIRA, 2007).

Ao se falar de emancipação dos usuários é preciso compreender que não é interessante para o governo e muito menos para o capitalismo vigente que isto se concretize, pois implicaria chegar à raiz do problema que é a contradição entre as classes, o que percebemos é justamente o inverso busca-se esconder esta contradição através de ações fragmentadas que firma a dependência daqueles que necessitam dos serviços prestados pela assistência social. (FERREIRA, 2013)

O papel do Estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e à dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa

sociedade. É nesse sentido que o Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos. Relação assimétrica e desigual que interfere tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução social das classes subalternas. Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apóia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações. (YAZBEK, 2013).

Não podemos esquecer que a gestão estatal é uma gestão capitalista, portanto, dentre suas funções encontra-se a arte de articular conflitos e ameaças ao processo geral de acumulação de capital. Esta articulação, no entanto, não é mecânica nem automática e se processa no movimento dos enfrentamentos de forças que dividem o próprio bloco de poder e as propostas internas das instituições. Isto quer dizer que, quando uma força se torna hegemônica, ela ganha espaços, mas nem sempre leva tudo o que deseja. (FALEIROS, 2011).

Como já dissemos, a Política Nacional de Assistência Social é criada e aprovada com o propósito de colaborar na efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente, mas só é implementada durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, a partir daí ocorrerão mudanças significativas no campo da Assistência Social e isto é o que veremos a seguir, (FERREIRA, 2007).

1.2 A Política Nacional de Assistência Social do Brasil

A LOAS foi sancionada em 1993 pelo Presidente Itamar Franco, cinco anos depois, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social em 1998, mas a sua implementação somente acontece em 2003, durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva. Apesar da crise herdada dos governos anteriores, é a partir desse período que a assistência começa a caminhar. Em dezembro de 2003 através do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi realizado em Brasília a IV Conferencia Nacional de Assistência Social, nela foi aprovada uma nova agenda política sobre o ordenamento da gestão participativa e descentralização de assistência social no Brasil. Nessa conferencia foi aprovada também a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual prevê a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que será operacionalizada pela Norma Operacional

Básica (NOB/2005), conhecida por NOB/SUAS, este, concretizará um modelo de gestão baseado nos princípios e diretrizes da política de assistência social definido na LOAS, (FERREIRA, 2007)

O objetivo dessa dinâmica é fortalecer a Assistência Social como política de Estado; instituir regras e formas de divisão de recursos entre os serviços socioassistenciais e entre estados, DF e municípios; estabelecer uma conexão ordenada e interdependente entre programas, projetos, serviços e benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, reforçando a ligação democrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor; garantindo que os recursos fundo a fundo sejam automáticos e regulares e para estabelecer um sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento. (CFESS – 2011)

Como princípios da Política Nacional de Assistência Social, encontramos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p.26)

Observa-se a afirmação da natureza não contributiva da assistência social, ou seja, o acesso ao atendimento deve ser a todos que dela necessitar sem discriminação, garantindo a igualdade de direitos, e a qualidade dos serviços respeitando sua dignidade como cidadão, (FERREIRA, 2013).

Como forma de organização a PNAS será orientada segundo as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

Este é um dos avanços da PNAS, a descentralização político-administrativa que reforça a importância da participação do governo nas três esferas na condução da Política de Assistência Social e a participação da população que materializa-se através dos Conselhos e Conferências, dessa forma, a população pode colaborar e controlar as ações na área assistencial. A PNAS também tem como centralidade de sua ação a família, para tanto reafirma a necessidade de articulação com outras políticas para alcançar seu objetivo, (FERREIRA, 2007).

De acordo com a PNAS o sistema de proteção social divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Sendo que a Proteção Social Básica destina-se a atender famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social com o objetivo de prevenir situações de risco social e desenvolver potencialidades através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário. Também estimula o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento e socialização das famílias, buscando inserir nas ações ofertadas pessoas com deficiência. Compõe a proteção social básica os benefícios de prestação continuada e os benefícios eventuais (PNAS, 2004), dentre os programas destacam-se o PAIF – Programa de Atenção às Famílias e o PBF Programa Bolsa Família, atualmente este é um dos principais programas de transferência de renda. Tanto os benefícios, quanto os programas e projetos de prestação social básica são ofertados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), este é uma unidade pública estatal, localizado em áreas de vulnerabilidade social dos municípios, (PNAS, 2004). Ressaltamos a ideia de Faleiros, (2011. p.31) quando ele afirma que essas organizações específicas de política social apesar de se mostrarem como organismos autônomos e estruturados em relação as normas e objetivos, na verdade são espaço político dentro das relações entre Estado e Sociedade Civil que fazem parte da rede lançado pelas classes dominantes para apinhar o conjunto da sociedade.

A Proteção Social especial é destinada às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, estas situações podem ser: abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situações de rua, trabalho infantil e etc. A proteção

especial são serviços de média e alta complexidade, são ofertados pelos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Nos serviços de média complexidade o indivíduo ou famílias apesar de terem seus direitos violados ainda mantém os vínculos familiares. Os serviços de alta complexidade garantem a proteção integral como moradia, alimentação e trabalho protegido para famílias ou indivíduos que se encontram em situação de ameaça e afastados do núcleo familiar, (FERREIRA, 2010).

Como se percebe a Política Nacional de Assistência deve efetivar-se de forma integrada com outras políticas levando-se em conta as desigualdades sócio-territoriais, permitindo seu enfrentamento com a garantia dos mínimos sociais, provimento de condições para atender as demandas sociais e a universalização dos direitos, (FERREIRA, 2007).

Referindo-se aos princípios da Política Nacional de Assistência Social – PNAS percebemos que ela está contida no artigo 4º da Lei Orgânica de Assistência Social, conforme o quadro abaixo.

Tabela 1 – Diferenças entre os princípios da LOAS e os da PNAS

LOAS	PNAS
I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;	I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;	II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;	III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;	IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.	V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

O artigo 4º do Capítulo 2, como vimos na tabela 1, mostra que assim como a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, ambas visam suprir as necessidades sociais como “direito do cidadão” independente do fator econômico. Sendo assim, esclarece que Assistência Social é uma política que garante o acesso ao Direito Social traduzidas nas diversas políticas Sociais a todos os cidadãos, independente de sua raça, cor ou credo. Entretanto, observamos a repetição dos princípios, elemento essencial à execução da política de assistência social percebe-se então a normatização dos padrões, em outras palavras, a padronização dos serviços. (GARCIA, 2011)

Embora a LOAS estabeleça os objetivos, princípios e diretrizes das ações de assistência e a PNAS sejam as orientações para estas ações, é perceptível o enfrentamento de dificuldades no cumprimento de alguns destes incisos que podem favorecer a politicagem alargando muitas vezes o caminho do “favor” para a população principalmente quando se trata dos critérios de concessão de benefícios e o acesso aos programas e projeto. (GARCIA, 2011).

Segundo Quinonero, Et al (2013), nos documentos e normativas atuais como os que estão expressos nos incisos II e V do mesmo artigo, o termo assistenciais está sendo substituído por socioassistencial com o objetivo de identificar e demarcar o campo assistencial dessa política de proteção, além de tentar desvincular as práticas assistencialistas ou de assistencialismo ainda presentes.

O mesmo autor ainda afirma que com relação as diretrizes, a de descentralização prevê a aproximação entre sociedade civil e Estado ao atribuir a responsabilidade da oferta de serviços aos entes federados/governamentais que estão mais próximo da população, também incentiva a articulação com a mesma, orientado para uma prestação de serviços mais equânime e universal. Observe o quadro abaixo:

Tabela 2- Diferenças entre as diretrizes da LOAS e as da PNAS

LOAS	PNAS
I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;	I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as

	diferenças e as características socioterritoriais locais;
II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;	II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera do governo.	III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo
	IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos

Também vale ressaltar que a diretriz relacionada a centralidade da família demonstra a importância da mesma no contexto da vida social, conforme é expresso na Constituição Federal que afirma que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Entretanto não podemos esquecer as pressões depositadas na família brasileira devido aos processos de exclusão sociocultural, que dá mais ênfase as suas fragilidades e contradições. Por este motivo a centralidade das ações da política de assistência social dirigidas à família deve colaborar com a proteção e socialização de cada um de seus membros, no entanto a realidade aponta para evidências de processos de penalização e desproteção das famílias.

Não se podem negar os avanços na área da Assistência Social com a criação da Política Nacional de Assistência Social, no entanto, percebemos que as propostas da PNAS de certa forma contribuem para manter a ordem capitalista de exploração, pois não ataca a contradição entre as classes, que é a raiz, prega a diminuição das desigualdades sociais, mas não o fim da mesma, vale salientar também que grande parte de suas propostas contribuem para solucionar problemas emergenciais, (FERREIRA, 2010).

Segundo Yazbek, (2013) Estamos vivendo um momento decisivo no qual buscamos concretizar e priorizar a Assistência Social como uma política pública de proteção social que esteja direcionada a realização dos interesses das classes subalternizadas. Ainda afirma a autora, sobre a necessidade de condução do processo de construção de direitos não apenas como questão técnica, mas como questão essencialmente política, apesar das contradições e resistências, e que esta seja com a construção da hegemonia dos interesses dos usuários.

Os rumos e a forma dessa construção e gestão do Sistema é que permitirão se o SUAS e a PNAS tenha (ou não) o propósito de forjar formas de resistência e defesa da cidadania daqueles que estão desprotegidos, ou apenas ratificar práticas conservadoras e assistencialistas. Para Yazbek (2013) este é o maior risco que enfrentamos no sentido de que as ações permaneçam no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário e não como direito.

2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social aflorou e se desenvolveu no seio da sociedade capitalista. Ela foi composta e desenvolvida a partir do movimento das relações sociais estabelecida por esta sociedade, e, conseqüentemente influencia e participa na reprodução desta ordem societária de acordo com as características da mesma. (IAMAMOTO, 2009 in KONNO, 2005). Apesar disso não se pode negar a luta por uma tomada de conscientização adquirida ao longo dos anos e o quanto estas promoveram mudanças no seio da profissão capazes de dar novos rumos a estes profissionais. É disso que trataremos neste capítulo.

2.1 A Profissionalização do Assistente Social

Segundo Iamamoto (2013), O Serviço Social no Brasil, nasce por volta da década de 1930, por força do processo de industrialização e afluência urbana, pois até este período, a prática da assistência social era desenvolvida pela Igreja Católica e organizações de caridade, não havia interferência do Estado nesta área e a questão social era manifestações do processo de formação e desenvolvimento da classe operária que começava a fazer exigências para outras intervenções além da caridade e repressão por parte do Estado.

Neste processo histórico, de agravamento da questão social⁶ com a generalização do trabalho livre, surge no Brasil, um mercado de trabalho em moldes capitalistas em pleno amadurecimento nos principais centros urbanos, que buscava neste mercado apenas a força de trabalho necessária ao processo de acumulação assim, formava seu exército industrial de reserva, (IAMAMOTO, 2013).

O trabalhador, vendedor livre da sua força de trabalho, cuja sobrevivência está vinculada ao mercado dominado pelo capital, em sua condição de submissão, em determinado momento inevitavelmente se dobra à exploração desmedida da

⁶ O principal conceito de **questão social** é o conjunto das expressões das **desigualdades da sociedade**. O processo de urbanização e industrialização, deu origem ao empobrecimento da classe operária, e acabou por conscientiza-los das condições em que trabalhavam, onde a questão social acabou atingindo contornos problemáticos, em especial para a sociedade burguesa, que recorreu à implementação de políticas sociais. O conceito de questão social está relacionado com o sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e repartida. <http://www.significados.com.br/questao-social/acessadoem07/09/2014> às 23:13.

organização e avanço do capital. Essa exploração a que é submetido o proletariado pelo mercado capitalista, prejudica sua capacidade essencial – manter-se vivo - e como elemento de uma classe social, passa então a travar uma “verdadeira guerra civil”, com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência. (IAMAMOTO, 2013).

É nesse contexto caracterizado por mudanças nas formas de produção e reprodução social que se gera as condições sócio-histórica para que se forme um novo espaço na divisão social do trabalho para as práticas profissionais como a do assistente social, (NETTO 1992 apud KONNO 2005).

Ainda na década de 1930, o Estado é pressionado a intervir na realidade das manifestações da questão social, sua opressão através do aparelho militar, já não proporciona condições para garantir a materialização do objetivo do capital que é a acumulação. Dessa forma o Estado tem que remanejar suas funções na sociedade, ou seja, passa então a fazer a organização e regulação das condições sociais e políticas favorecendo o desenvolvimento industrial e econômico, promovendo a ascensão de um projeto de urbanização e industrialização, bem como, a perpetuação do capital. (KONNO, 2005).

A formação da classe operária e sua entrada no cenário político, ocorre através dos sindicatos e movimentos operários que se organiza e passa a reivindicar melhores condições de trabalho e de existência, dando vazão ao anseio pela conquista de cidadania social, e, segundo lamamoto (2013 p.135), força a implementação das políticas sociais, permitindo que alguns interesses desses segmentos sejam alcançados, força também diversas classes a se posicionarem como aliadas ou subordinadas e ao mesmo tempo favorece a solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica da própria classe trabalhadora.

Sendo as políticas sociais uma das principais mediações profissionais e de historicamente demonstrarem fragilidade e pouca efetividade como resposta ao crescimento do nível de pobreza e desigualdade social, esta tem sido ainda a via por excelência para as classes subalternas terem acesso, ainda que precários e insuficientes aos serviços sociais públicos. (GRANEMANN, (1999) apud FALCÃO, 2011).

Sendo assim, neste primeiro momento, o Serviço Social é parte da estratégia da igreja católica para qualificar grupos femininos que estavam vinculados aos

setores de caridade que atuavam junto às classes subalternas, em seguida, como resposta do Estado ao agravamento da questão social, e como forma de dominação legítima como afirma lamamoto,

As Leis Sociais são em última instância, resultante da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. (IAMAMOTO, 2013, p. 134).

Para lamamoto (2013), O Serviço Social, na sua gênese, ao invés de ser uma demanda daqueles que são alvos de seus serviços profissionais, ou seja, do trabalhador, na realidade é uma estratégia da classe dominante em resposta ao agravamento da “questão social”. Nisto, sua atuação segue metas estabelecidas pelo “patronato, que é quem o remunera”. É perceptível a força da relação entre patrão e empregado, em qualquer categoria profissional e para o assistente social não é diferente, esta é uma posição de subalternidade, ainda que alguns consigam transpor esta barreira. Segundo Faleiros (2011, p.16), a atuação deste profissional baseava-se nos relacionamentos interpessoais, que possuía com o trabalhador, através dos processos de casos, grupos e comunidades em que o “profissional pensava ou julgava atuar através de fatores psicossociais inerente à sua própria personalidade para influir nas decisões pessoais de sua clientela”.

Esta atitude era uma das características da ideologia humanista e servia na verdade para legitimar o processo de exploração. As classes dominantes enxergavam o profissional de serviço social como alguém capaz de fazer o “cliente” aceitar as problemáticas, ou até mesmo a desistir de suas demandas. Para estes, “o assistente social um solucionador dos problemas que se apresentassem a ele.” Afirma (FALEIROS, 2011 p.17).

Outra característica importante que este agente social apresenta na sua atuação é o caráter impositivo, por ser interligado ao Estado para atender às demandas dos setores dominantes e como resposta ao enfrentamento da “questão social” que se alargava, impõe-se ao usuário, para obtenção dos serviços sociais ofertados, a obrigação de serem atendidos pelo Assistente Social, que avalia ou “julga”, enquanto agente institucional, a veracidade dos fatos e das necessidades,

segundo lamamoto, (2013 p. 91) esta forma de atuar concede a profissão um cunho impositivo que marca parte da atuação do profissional.

A primeira vez que o Assistente Social marca presença no aparelho do Estado é durante o governo de Getúlio Vargas, em 1938 quando é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), suas atividades eram auxiliadas pelas organizações que prestavam amparo social, uma das funções do CNSS era examinar as adequações das entidades sociais e seus pedidos de auxílio e isenções. Em 1942 foi criada a primeira grande instituição federal de assistência social no Brasil, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Esta instituição foi criada com o propósito de dar legalidade ao governo de Getúlio Vargas que se utilizava da prática assistencialista para dominar politicamente. Segundo Sposati, (2007, p.20) apud Ferreira (2013), a ação social neste período é um ato de vontade e não de direito de cidadania.

Dando um salto para a década 1960, a partir do ano de 1965 inicia-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social com o propósito de mudar os rumos da profissão por causa das transformações políticas, econômicas e sociais pela qual atravessava a sociedade brasileira. Questionavam suas práticas e seus fundamentos teóricos, abrindo espaços para debates, reflexões e críticas influenciados pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que buscava a ruptura com o tradicional e conservador, que ansiava por uma nova identidade profissional através de ações voltadas para as demandas da classe trabalhadora, sendo este o modelo de inspiração para o processo de ruptura com a corrente tradicional ao qual estavam vinculados. (MARTINELLI, 2010)

Para FALEIROS (2011) a falta de preparação para um trabalho mais profundo através da escuta, começou a incomodar primeiro, porque não traziam soluções reais aos problemas que lhes eram apresentados, e segundo, obrigava estes profissionais a manter um relacionamento baseado nos valores sociais do próprio profissional que apenas aconselhava, tornando-se esta atitude outra característica da ação do Assistente Social.

Esses impasses levaram os Assistentes Sociais primeiro, a uma reflexão teórica sobre o trabalho social e as condições concretas para realizar sua prática, sua condição de trabalhador assalariado, sua utilidade para o capital, depois a uma reflexão sobre as condições institucionais que vieram mostrar que na realidade o

profissional do Serviço Social na sua maioria, se encontra na função de execução e não de decisão, ou seja, no processo decisório de políticas sociais ele está como subordinado. Valendo-se muitas vezes do uso de pequenos recursos para reforçar seu próprio poder pessoal, como por exemplo, a obtenção de benefícios, de leite, de um par de óculos e etc. De acordo com Faleiros (2011) “A própria prática do relacionamento pessoal faz com que as relações de poder e exploração apareçam como relações pessoais”. É a partir destas reflexões, que os assistentes sociais iniciam o processo de questionamentos quanto ao, o empreguismo, a burocracia e o paternalismo e percebem a necessidade de repensar as mediações da atuação profissional situando-a no contexto do estado capitalista.

Foi em 1979, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, o marco de redefinição do Serviço Social brasileiro. Entendemos que o Serviço Social a partir daí aderiu ao compromisso com o proletariado, intercedendo a favor da democratização e ampliação dos direitos civis, sociais e políticos e a partir dos anos de 1980 articulado com a luta dos trabalhadores e influenciado pelo pensamento de Karl Marx cria o novo currículo de Serviço Social (1984) e o Código de Ética da Profissão (1986), permitindo-lhes uma nova orientação à formação e à prática profissional. (IAMAMOTO, 2013)

2.2. Projeto Ético-Político da Profissão de Serviço Social

Na ação cotidiana do Assistente Social que atuam nos diversos espaços ocupacionais existem sempre traços do Projeto Ético-Político da Profissão de Serviço Social apesar deste tema ser pouco debatido e de existirem poucas produções sobre o mesmo, afirma BRAZ, (2006). Diante dessa afirmativa, surge a necessidade de localizar ou identificar estes traços na prática deste profissional, o que nos compele a conhecer o nosso Projeto Ético-Político, saber do que é constituído, seus marcos legais, seu processo histórico de construção, e a forma como este se materializa e se apresenta aos usuários.

O Projeto Ético-Político atual é composto de: Lei de Regulamentação da Profissão, Diretrizes Curriculares da ABPESS e o Código de Ética Profissional, no entanto, nem sempre foi assim, num outro momento esse projeto era reduzido ao

Código de Ética, por ser este, à primeira vista, o item mais importante a ser incorporado na prática profissional. (SILVA, 2012)

De acordo com SILVA,

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é um produto das relações societárias que marcam a construção da identidade desta profissão e sua categoria profissional, conferindo uma unicidade, um corpo à profissão. SILVA, (2012, p. 19).

Nesse sentido, segundo Silva (2012), nos primórdios da profissão imperava a perspectiva conservadora da ação profissional, com um aspecto ideopolítico em que a mesma ora demonstrava uma adesão com o positivismo de Comte, ora vinculava-se à Doutrina Social da Igreja Católica.

Nesse período, década de 1930-1940, o que chamamos hoje de expressões da questão social era visto como fenômenos de desordem moral. Como consequência o Projeto Ético-Político do Serviço Social foi construído para responder a essas demandas de um Estado que estava se adequando para atender ao processo de industrialização exigido pelo capital brasileiro bem como suas mazelas como afirma Silva :

O Projeto Ético-Político apontava para a construção de resposta às questões de um Estado que estava se redefinindo para dar conta das demandas da experiência do capital monopolista brasileiro formado a partir das experiências de industrialização, (SILVA 2012, p.26).

O Projeto Ético-político do Serviço Social é um projeto coletivo que está contido no projeto societário, sendo que este pode ser transformador ou conservador. Os transformadores estão relacionados com a forma de estratégias e táticas de transformação social. Sendo assim, atualmente o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. (BRAZ, 2006).

Mas, na sua Gênese podemos dizer que o Projeto Ético-Político tratava de proteger os interesses burgueses de produção e reprodução da força de trabalho tão importante para a acumulação do capital. Para facilitar esse projeto, a formação, os currículos das escolas de Serviço Social, as entidades organizativas de estudantes e de profissionais, todos mantinham essa lógica. (SILVA, 2012)

A Identidade profissional deste período até a década de 1960 foi definida por dois Códigos de Ética: o de 1947 e o de 1965, estes, orientam o fazer profissional marcados por valores muito mais morais que éticos, mantendo o foco no ajustamento e culpabilizando os indivíduos por não se adequarem ao conjunto da sociedade (SILVA 2012 p.27).

Tabela 3 – Diferenças entre os Códigos de Ética da Profissão

CÓDIGO DE ÉTICA DE 1947	CÓDIGO DE ÉTICA DE 1965
<p>INTRODUÇÃO</p> <p>[...] III – A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.</p>	<p>INTRODUÇÃO</p> <p>Só à luz de uma concepção de vida, baseada na natureza e destino do homem, poderá de fato o Serviço Social desempenhar a tarefa que lhe cabe na complexidade do mundo moderno;</p>
<p>SECÇÃO I - DEVERES FUNDAMENTAIS</p> <p>É dever do Assistente Social: Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. [...]</p>	<p>CAPÍTULO II - DOS DEVERES FUNDAMENTAIS</p> <p>Art. 4º - O assistente social no desempenho das tarefas inerentes a sua profissão deve respeitar a dignidade da pessoa humana que, por sua natureza é um ser inteligente e livre. [...]</p> <p>Art. 8º - O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa.</p> <p>Art. 9º - O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais.</p>
<p>SECÇÃO II- DEVERES PARA COM O BENEFICIÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL</p> <p>– E dever do Assistente Social:</p> <p>Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã.[...]</p>	<p>CAPÍTULO IV- DOS DEVERES PARA COM AS PESSOAS, GRUPOS E COMUNIDADES ATINGIDOS PELO SERVIÇO SOCIAL</p> <p>[...]</p> <p>Art. 19º - O assistente social em seu trabalho junto aos clientes, grupos e comunidades, deve ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais.</p>

Ao desempenhar um papel no movimento contraditório das classes, estampamos uma direção social às nossas ações profissionais que geralmente

favorecem a um ou a outro projeto societário. Em todo o nosso agir, dos mais simples às intervenções mais complexas do nosso dia-a-dia profissional deixamos as marcas da nossa direção social através de uma valoração ética específica como afirma Netto 1999, apud Braz, (2006)

Nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele “tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 1999: 104-5; grifos originais)

Somente a partir do Movimento de Reconceituação quando o Serviço Social faz uma revisão do seu fazer profissional, da sua formação, da sua compreensão como profissão e de sua projeção social é que adota outro projeto societário, chamado de Projeto Ético-Político pensado por assistentes sociais brasileiros voltado para a realidade do Brasil como afirma Coelho (2007) apud Silva (2012, p. 30)

A quebra com um fazer profissional voltado para uma única direção o ajustamento do indivíduo à estrutura societal -, faz emergir entre os assistentes sociais indagações relativas ao significado da própria profissão, instaura-se o pluralismo teórico-metodológico, e aflora o caráter ambíguo que acerca a profissão. Sobressaem no âmbito dessas indagações e inquietações na agenda do debate profissional proposições que buscam compreender as questões vinculadas aos fundamentos teórico-metodológicos e éticos políticos: a questão da identidade profissional e da metodologia do Serviço Social. (COELHO, 2007, p.51)

A referência para essa virada de página do assistente social foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, que aconteceu em São Paulo no ano de 1979, conhecido como “Congresso da Virada”. Materializar, “conduzir a virada” exigiu a revisão da formação dos profissionais, da regulamentação da profissão e das bases filosóficas do Código de Ética profissional. Era um esforço para que as mudanças chegassem a todos os espaços sócio-ocupacionais. De acordo com SILVA, (2012, p. 32) “Não mais um projeto “para” os indivíduos de forma tecnicista e neutra, mas um projeto “com” as camadas populares de modo a formar, na atuação do assistente social, uma postura própria, imbricada e militante”.

Nesse sentido trataremos de seus elementos constitutivos a começar pela Lei de Regulamentação da Profissão que foi consolidada durante o governo de João Goulart (1961-1964) – através da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, uma característica importante desta lei era que para atuar o profissional necessitava do registro do diploma, e inscrição no Conselho Regional, sendo assim, a Lei nº 3.252 tratou de regular as escolas e os espaços a serem ocupados pelos assistentes sociais organizando a profissão e o exercício profissional além de distribuir os conselhos regionalmente.

O decreto 994, de 15 de maio de 1962, regulamentou a Lei 3.252 de 27/08/1957, que dispõe sobre o exercício profissional do Assistente Social, estabelecendo pontos importantes para o direcionamento do Projeto Ético-Político profissional. O fazer profissional ficou orientado por este decreto até que a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 a revogou.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, [...] Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei. Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente devidamente registrado no órgão competente;

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:[...]

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; (LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.)

Para Silva (2012), não é possível desmembrar o movimento interno da profissão em busca da construção ou reconstrução de sua identidade profissional, na sua atuação e na sua formação, sem que mencione os movimentos do capital e suas demandas às profissões, segundo Simões (2000) apud Silva (2012) isso fica evidente na relação entre a divisão sociotécnica do trabalho, o papel do estado, a interação entre os Códigos de ética e o fazer profissional, a qual marcam continuamente a formação profissional.

Foram cinco os Códigos de Ética da Profissão, todos eram uma representação de situações e internas e externas ao movimento e à organização da profissão e possuíam características próprias do contexto histórico como veremos:

Tabela 4 – Principais Características dos Códigos de Ética da profissão

Ano	Características do Código	Contexto
1947	Forte carga moral. Crê no desajuste da pessoa. (Introdução, III) Forte carga religiosa cristã; (Seção II, I.1) Compreensão privada da categoria profissional.(Seção III, I.2)	Pós Segunda Guerra Mundial; Não havia regulamentação da profissão Aprovado em Assembléia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). – Seção São Paulo, em 29/IX/ 1947
1965	Concepção determinista do homem. (Introdução, 4) Foco na família, na estabilidade e integridade, de forma ainda moral; (Capítulo II, art. 6). Foco na integração social; (Capítulo II, art. 7). O problema é na pessoa humana. Estabelece a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade; Capítulo II, art.7 Compreensão privada da categoria profissional; (Art. 21, inciso único) O profissional de contribuição para o desenvolvimento solidário e harmônico do país; (Art. 22) Forte noção hierárquica e de ordem.(Art. 23 a 29)	Pós Golpe de 1964 Já havia regulamentação de 1957; O Código foi chancelado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo item IV art. 9ª do Regulamento aprovado pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962
1975	Estabelecem-se sinais de articulação entre a formação, a conduta ética profissional e a organização da categoria. (Introdução). Foco na pessoa humana. Foco na integração social através dos princípios da autodeterminação, da participação e da subsidiariedade. Reconhecimento do Serviço Social como profissão liberal(Capítulo I, IIa).Ainda traz a herança moral.	Pleno milagre econômico. Foi aprovado em 30 de janeiro de 1975 em plena ditadura, em meio ao processo que desencadeou o Movimento de Reconceituação.
1986	Trouxe o reconhecimento do processo histórico. Apresenta-se uma nova ética como consequência da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora. Vincula a prática da categoria profissional à classe trabalhadora. (Introdução). Aparece a relação com os usuários. (Título III, Capítulo I)	Base marxista de compreensão do mundo. Processo de redemocratização do país. Registrou a negação da base conservadora na teorização e na prática profissional. Estabeleceu a competência teórica, técnica e política do profissional. Foi publicado no Diário Oficial da União nº 101, do 02/06/86, Seção I, páginas 7951 e 7952
1993	Sinaliza as mudanças no Brasil articulando-as com as mudanças da profissão (Introdução). A ética tem como suporte a ontologia do ser social. Explicita 11 princípios fundamentais. Conserva algumas características do código de 1986.	Resultado da reavaliação do Código de 1986. Tem forte carga de lutas democráticas que desencadearam a Constituinte de 1988 e suas consequências. Foi aprovado em 15 de março de 1993 com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS Nº 290/94 e 293/94.

Fonte: (SILVA, 2012)

Com a construção do Código de Ética em 1986, o Projeto ético-político tem avanço considerável, também cresce a produção teórica tanto qualitativamente quanto quantitativamente, com temas sobre a questão metodológica, políticas sociais e movimentos sociais, inclusive é neste período que sela seu compromisso com a classe trabalhadora. (BRAZ, 2006)

Os dois últimos Códigos de Ética a de 1986 e o de 1993 trazem a adoção de um projeto profissional que alcança as dimensões teóricas, técnica e política da profissão, no entanto essas dimensões não alcançaram aqueles que formaram anteriormente a estes códigos, daí à necessidade de atualização destes profissionais. Também podemos destacar que apesar do Código de Ética ter peso legal ele não encerra o Projeto Ético Político da categoria profissional, porque nele encontramos a regulamentação e as diretrizes curriculares.

O surgimento da formação profissional de Serviço Social no Brasil começa com o Centro de Estudos e Ação Católica (CEAS), seu objetivo era formar pessoas que atuassem na ação social e espalhassem os princípios da doutrina social da igreja, sua proposta curricular estava direcionada para a formação moral com base doutrinária e técnica, em outras palavras a vocação do Assistente social deveria está incorporada a sua personalidade, ao seu conhecimento dos problemas e à técnica adequada para o trabalho a ser desenvolvido. (SÁ, 1995 apud WERNER, 2009).

Eram 14 escolas de Serviço Social no final da década de 1940, distribuídas em sete estados brasileiros. Em 1946 foi organizada a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, dentre seus objetivos estava a promoção de um padrão mínimo de ensino e representação dos interesses coletivos das escolas. A Lei nº 1889 de julho de 1953, dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais.(idem, 2009)

Em 1960 o Serviço Social deixa de ser visto como vocação e sim como profissão, em 1965 o curso de Serviço Social passa a ter quatro anos de duração, através da Portaria Ministerial 519 de 14/06/1965, afirmando a separação da religião com a profissão e a importância da conformidade das escolas à fiscalização do Estado por meio de diretrizes do Ministério da Educação. Em 1968 ficou determinado que as Universidade eram responsáveis pela formação de profissionais que atendessem as exigências do mercado de trabalho, isso depois da

reforma do ensino superior brasileiro. Também foram inclusos vestibular classificatório e o incentivo formal à pesquisa. Através do Parecer 242/70 o currículo do Serviço Social foi modificado alterando a carga horária do curso que passou a ter 2.500 horas/aulas, com duração mínima de três anos e no máximo cinco anos, foi dividido em ciclo básico e ciclo profissional, este currículo espelhava a ideologia desenvolvimentista demonstrando uma preocupação com a cientificidade profissional, representado pelo metodologismo que marcava as profissões interventivas. Este Parecer também exclui algumas disciplinas como: ética geral, estatística, pesquisa social, administração de obras sociais, atividades de grupo, família e menor consideradas importantes para a formação teórica-prática e reduziu o tempo do curso. (FRANCO, 2003 apud WERNER 2009).

Em 1975, ocorre outra vez a discussão sobre a necessidade de revisão curricular, uma crítica ao Parecer nº 242/70 e Resolução de 13/0370, isto durante a XIX Convenção Nacional da ABESS que aconteceu em Piracicaba- SP, esse tema será pauta para outras convenções como a XX Convenção em Belo Horizonte em 1977 e XXI Convenção em Natal no ano de 1979 e XXII em Vitória. (idem, 2009)

No final de década de 1970 foi elaborada uma nova proposta com o propósito de romper com a metodologia tradicional e eliminar as disciplinas de caso, Grupo e comunidade, também buscava uma reflexão teórico-metodológica através do conhecimento da sociedade, para isso orientava-se em autores clássicos como Karl Max, Max Weber e Émile Durkheim. (idem, 2009)

Segundo SILVA, (2012 p.44) Somente em 1982, acontece de fato o primeiro esforço de revisão curricular na intenção de materializar uma ruptura com o modelo conservador, até então a formação estava sob o conselho do currículo de 1970, apesar dos vários esforços da ABESS junto a categoria profissional para reorientar a formação em Serviço Social como afirma o relato histórico da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, entidade que substituiu a Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social – ABESS, sob a relatoria de Paulo Nathanael Pereira de Souza, Parecer 412 do Conselho Federal de Educação – MEC – sobre o Processo nº 7408/82:

A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS dedicou-se por anos seguidos a discutir, seja nas suas unidades regionais, seja nas

escolas de Serviço Social, a temática da Prática Profissional e da Prática de Ensino na formação desse técnico de nível superior. O resultado dessas discussões confluiu para as Convenções Nacionais da Categoria realizadas em Belo Horizonte e Natal, respectivamente nos anos de 1977 e 1979, a primeira em copromoção com a Universidade Católica de Minas Gerais, através de seu Departamento do Serviço Social, tendo como tema o “Conteúdo Programático dos Cursos Serviço Social” e a segunda, de igual maneira, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como tema “Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo”. (SILVA, 2012, p. 44).

A proposta era fechar o ciclo de uma formação estruturalmente conservadora e fragmentada e ao mesmo tempo confirmar uma nova compreensão de uma nova estrutura relacionada a condução e formação profissional:

Considera-se que a formação profissional de Serviço Social tem como referencia básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica realidade social [...] Torna-se portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. [...] Trata-se, por conseguinte de uma formação que se situa no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesta perspectiva a formação acadêmica pressupõe: 01) um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade; 02) um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas. (SILVA, 2012, p. 46)

Em 2002, a ABEPSS, torna a revisar este currículo tanto para adequá-lo às demandas profissionais, quanto para atender às demandas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação referente ao ensino superior. Esta é a última versão para a formação destes profissionais no Brasil e estabelece novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, através da Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, determinam diversos vetores que orientam a formação, o primeiro está relacionado com a estrutura do projeto pedagógico demonstrando a necessidade de garantir a unicidade na formação, apesar do aumento desenfreado de escolas e cursos de Serviço Social, incluindo as modalidades à distância que abriram a possibilidade de pontos de descaracterização da profissão, marcando a fragilização das relações profissionais e o aumento do mercado na área da Educação com o apoio do Estado. Vale ressaltar que a possível precarização da formação esteja intimamente relacionada com a precarização profissional do Serviço Social, assim

como, com os investimentos e avanço do capital na área educacional e seus “desdobramentos na garantia dos direitos sociais”. (SILVA, 2012).

Esse novo currículo organiza a disciplinas em três núcleos:

- Núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;⁷
- Núcleo de fundamento da formação sócio-histórica da sociedade brasileira⁸;
- Núcleos de fundamentos do trabalho profissional⁹.

A intenção dessa nucleação é impedir a compreensão da realidade e da produção de conhecimento de forma fragmentada como acontecia com os currículos anteriores responsáveis por uma atuação profissional de legitimação do projeto conservador sem harmonia com o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 para tal é necessário a capacidade de atualização teórica técnica e ética dos profissionais em geral, como afirma Guerra (2009) apud Silva (2012, p. 49) “O Projeto Ético-Político do Serviço Social está em construção, o que exige de nós esforço permanente de aprimoramento intelectual, estratégico e tático”.

De acordo com Netto (2009) apud Silva, (2012) o não agir é uma forma de participação política por parte de alguns profissionais que levanta duas questões a primeira alerta para o fato de que mesmo na modalidade conservadora e modernizadora, sempre houve por parte dos assistentes sociais o engajamento político com o propósito de fortalecer aquela vertente; e a segunda alerta para a

⁷Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;

⁸ Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;

⁹ Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

participação através da omissão. Juntas podem nos fazer entender a qualidade e o tipo de Projeto Ético Político que temos materializados no cotidiano dos profissionais do Serviço Social.

(...) Mesmo que se distinga (distinção, aliás, legítima) a dimensão necessariamente política do Serviço Social tomado como exercício profissional da sua politização (e eventualmente, da sua partidarização), há que se sublinhar que ambos acompanham toda a história da profissão do Brasil. Numa palavra: também no Brasil, os assistentes sociais sempre participaram da política, conscientemente ou não (e ressalte-se que a omissão é, em geral, a forma mais consciente de participação política (NETTO, 2009 apud SILVA, 2012).

Lembramos que o processo de construção do PEP é marcado pelo desenvolvimento intelectual da profissão, apresenta a maturidade no campo da pesquisa, da produção teórica e da interlocução crítica com outras áreas do conhecimento, foram avanços significativos na formação profissional através das reformulações curriculares e do direcionamento social dos cursos de Serviço Social, que permitiu a introdução no mercado de trabalho de profissionais competentes e afinados com as idéias da ética profissional. (BARROCO, 2011)

No entanto tem se apresentado uma tendência que, operando contrariamente, enfraquece as conquistas históricas e empobrece a formação profissional de centenas de pessoas: a criação aleatória de várias modalidades de cursos de Serviço Social, realizadas em condições precárias, sem garantia de articulação entre o ensino e a pesquisa, sem atender as exigências da reflexão crítica e do rigor científico, expressando tendências de acomodação das instituições à lógica do mercado, com a transformação em uma mercadoria voltada exclusivamente à obtenção de lucros (idem, 2011)

É claro que uma formação nessas condições desgasta as energias dos futuros assistentes sociais que tendem a entrar no mercado de trabalho de forma subalternizada, sem capturar e sem desenvolver as possibilidades da uma prática mais enriquecedora do ponto de vista dos valores e finalidades postas pelo Código de Ética da profissão. (idem, 2010)

A autora chama a atenção para determinadas formas de capacitação que tem se desenvolvido no contexto da mercantilização do conhecimento através da utilização de meios virtuais, não que a autora seja contra a tecnologia, mas, para ela

esta forma tem contribuído para retirar do ensino essa possibilidade interativa que exige a presença do outro. ((idem, 2010)

São os cursos à distância, sala de discussão virtual, leituras virtuais e outros, são estas algumas formas de reprodução do individualismo contemporâneo. A troca de idéias e a possibilidade de uma real interconexão entre vivências e emoções deixam de ser experimentadas, internalizadas, processadas e dialetizadas, ocorrendo um processo individualista: o acolhimento de idéias prontas virtualmente codificadas por um individuo isolado que a introduz, ou não de acordo com seu entendimento .((idem, 2010)

Em suma, o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 1999 apud BRAZ, 2006).

É por meio das atitudes e condutas do cotidiano profissional que damos visibilidade ou não ao Projeto Ético-Político da profissão sabendo que estas ações são constituídas de intenção educativas, éticas e políticas que são construídas historicamente. (SILVA, 2012).

3 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Para dar início a esta discussão sentimos a necessidade de abordar sobre a instituição, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS- que no momento segundo Faleiros (2011) é o setor do governo que mais emprega os profissionais de Serviço Social, como o objeto desta pesquisa está pautado na reflexão sobre o trabalho profissional do Assistente Social no CRAS e suas dificuldades na materialização do mesmo, cabe aqui refletirmos um pouco sobre esta instituição e seu papel na sociedade.

3.1 O Centro de Referência em Assistência Social - CRAS

Para iniciar buscamos o conceito dessa instituição pública segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (Orientações Técnicas do Centro de Referência em Assistência Social -CRAS, 2011).

Percebe-se em sua definição que o CRAS é uma unidade pública de proteção básica do SUAS, tem como propósito evitar a ocorrência de situações de riscos sociais através de desenvolvimento de potencialidades, aquisições, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, também é referência para a realização de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica em sua área de abrangência, desde que possua espaço físico e equipe adequada (MDCF, 2011)

Entretanto não podemos esquecer do que diz Faleiros (2011), sobre estes serviços oferecidos pelas instituições, são “desmobilizadores e fragmentadores” , aproveita-se dos mecanismos de informação, encaminhamentos preenchimentos de fichas que são utilizadas ora para a seleção de beneficiários, controles da administração dos recursos, fiscalização dos bens ou propriedades implicadas, ora

para a recuperação da capacidade de trabalho. A funcionalidade institucional tem uma lógica, um fluxograma, os profissionais estão ocupados com processo de verificação da elegibilidade para entrada ou saída do benefício e acompanhamento do incapacitado, na verificação simultânea da aptidão, do direito do cliente e da probabilidade de seu discurso em relação ao direito alegado, dessa forma, assim como os instrumentos institucionais são controle e manutenção também são estratégias de sobrevivência, objeto de reivindicações sindicais, de movimentos sociais, de pressões de vários seguimentos sociais.

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes. (Orientações Técnicas do Centro de Referência em Assistência Social -CRAS, 2011)

O CRAS, além da oferta de serviços e ações, realiza trabalhos sociais desenvolvidos pela equipe técnica com as famílias do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica, que é desenvolvido pela coordenação. Estas responsabilidades exigem do CRAS conhecimento do território, organização e articulação da rede socioassistencial. (MDCF, 2011).

É da Gestão Municipal a responsabilidade pela efetivação da proteção social básica e estruturação da gestão do SUAS através dos CRAS, que, de acordo com a lógica da gestão local, da participação no território com ações promotoras de sociabilidades, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários garanta a efetivação dos direitos socioassistenciais.(BRAGA, 2011)

Dentre seus objetivos o CRAS tem como prioridade as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário. A equipe do CRAS sob comando do gestor municipal de Assistência Social, deve ainda prestar informação e orientação para a população de sua abrangência, também deve articular-se com a rede de proteção social, além disso, é de responsabilidade dos CRAS realizar o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica, promover a inserção das famílias nos serviços de assistência social local, encaminhar a comunidade local para as demais políticas públicas e sociais, facilitando dessa forma as ações intersetoriais que visam a sustentabilidade e possibilite o rompimento com ciclo de reprodução do processo

de exclusão social e impedindo que famílias e indivíduos tenham seus direitos violados e conseqüentemente recaiam em situações de vulnerabilidades e riscos (PNAS, 2004).

No entanto, de acordo com Braga (2011), se não tiver por trás dos CRAS serviços que possam garantir a plenitude do atendimento realizado pelos profissionais, bem como uma rede pronta para aceitar os encaminhamentos, descobertos a partir da escuta, as orientações feitas pelos CRAS não darão sequencia ao atendimento na perspectiva de sistema e nem construirão uma rede protetiva de serviços.

A equipe do CRAS é composta por profissionais de nível médio e superior, responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS e o número de profissionais depende do número de famílias referenciadas.

Tabela 05 – Números de profissionais de acordo com o NOB-RH/SUAS.

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento Anual	Equipe de referencia	As equipes de referencia do CRAS
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos de nível médio, Dois técnicos de nível superior, sendo preferencialmente 01 assistente social e 01 psicólogo.	deverem contar sempre com um coordenador com nível superior
3.500	750 famílias	Três técnicos de nível médio e três técnicos nível superior, sendo preferencialmente 02 assistentes sociais e 01 psicólogo.	concurado, com experiência em trabalhos comunitários e
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos de nível médio e quatro técnicos de nível superior, sendo preferencialmente 02 assistentes sociais, 01 psicólogo e 01 profissional que compõe o SUAS.	gestão de programas, projetos e serviços e/ou benefícios socioassistenciais.

Fonte: Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social.

Segundo a NOB/RH/SUAS a equipe deve ser composta por servidores efetivos, para impedir a rotatividade e garantir a continuidade, efetividade e eficácia

dos serviços e ações ofertados no CRAS (Orientações Técnicas do centro de Referência Social)

Segundo Braga (2011), a alta rotatividade que enfrentamos hoje, culmina na descontinuidade dos programas e projetos, a autora chama a atenção para a razão desse problema, para ela, dentre os vários motivos, um deles é a condição de trabalho, por ser precário, com salários tão baixos, o profissional trabalha em dois ou três municípios, apesar da dimensão cotidiana dos CRAS, onde o atendimento deve ser uma prioridade estratégica todos os dias. Ainda para a autora o trabalhado não deve ser responsabilizado e sim a gestão que diante dessa realidade, deve se responsabilizar com os fatores derivados desse processo de trabalho em razão da precarização e dos baixos salários.

É nesse contexto difícil e complexo que acontece a intervenção profissional, um espaço contraditório no qual muitas vezes disputamos as nossas concepções e a compreensão do sistema que queremos ver fortalecido, segundo Braga (2011) é necessário discutir sobre a natureza e estrutura dos CRAS, como garantir a integralidade da atenção e a visão totalizadora do cidadão, também exige discussão sobre as competências atribuições profissionais que nos permite enfrentar e superar a realidade.

3.2 Parâmetros para atuação do Serviço Social

Após a implementação do SUAS a maioria dos municípios brasileiros (cerca de 47,2%) implementaram os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) com profissionais do Serviço Social atuando conforme estabelecido na NOB/RH/SUAS, com a expectativa de fortalecer a política de assistência social como direito e garantir as condições técnicas e éticas necessárias para o exercício do trabalho com qualidade. Por este motivo é muito importante dialogar sobre o trabalho do assistente social nesse espaço. (CFESS, 2011).

Com a expansão da política de assistência social tornou-se necessário a presença de assistentes sociais comprometidos com o fortalecimento do estado democrático de direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso solicita uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida

com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos.(CFESS, 2011)

Sendo assim trago neste capítulo os parâmetros para a atuação do Serviço Social no CRAS, como estratégias para o exercício profissional de acordo com sua competência e autonomia profissional, ressaltando que não há, ou pelo menos não deveria haver, uma padronização de rotinas e procedimentos de intervenção, até porque o trabalho profissional requer inteligência e talento para criar, inventar e inovar de modo a responder à realidade. (CFESS, 2011). No entanto, segundo Faleiros (2011) não se pode esquecer que a instituição é vista como espaço onde se mantém sobre o indivíduo uma coerção sem folga, em funcionamento 'normal' e como força de trabalho a explorar. (BALEN, 1983, apud FALEIROS, 2011)

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011), com o propósito de consolidar a Assistência Social como uma política de Estado, o governo Federal vem reforçando através da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social a política de Assistência Social. Entretanto para que ocorra uma efetivação da Assistência Social como política pública é necessária sua integração e articulação com a seguridade social com as demais políticas sociais. Podemos então dizer que a Assistência Social não pode ser vista como uma política exclusiva de proteção social, pois desempenha um papel de articulação dos serviços e benefícios para assegurar os direitos que estão presentes nas demais políticas sociais a fim de estabelecer um amplo sistema de proteção social.(BOSCHETTI, 2005, apud. CFESS, 2011).

Olhando por este viés, deve-se atentar para que a intervenção profissional na política de Assistência Social não seja somente a execução das atividades contidas nos documentos institucionais, correndo o risco de limitar as atividades à “gestão da pobreza” ou ainda de abordar a questão social a partir do viés moralizante. Pois toda a situação vivida pelos sujeitos que precisam da Política de Assistência Social tem, como afirma o CFESS,

(...) sua raiz na desigualdade de classe e suas determinações, e são expressas pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, entre outras formas de expressão da questão social. (CFESS, 2011)

Vale ressaltar que a função da Assistência Social é garantir a proteção social básica e especial como estabelece a PNAS, portanto é fundamental definir quais são as ações ou serviços socioassistenciais que são classificados de “básico” ou de “especial” uma vez que esse é requisito para a estruturação do trabalho dos profissionais que atuam nessa política. Segundo a PNAS (2004) e a NOB (2005), a Proteção Social Básica refere a ações preventivas que reforçam a convivência, a socialização, o acolhimento e inserção, está voltado para a família, e para desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, também é destinado a populações em situações de vulnerabilidades social.

Também e previsto a PNAS (2004, p. 35) que as ações de proteção social básica sejam realizadas prioritariamente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que deve articular os serviços socioassistenciais com a proteção social garantida pelas demais políticas públicas, assegurando assim, o acesso dos cidadão aos direitos sociais. A Proteção Social Especial são serviços mais especializados, destinados a pessoas em situações de risco pessoal ou social, é diferente da proteção social básica porque seu atendimento é dirigido às situações de violação de direitos. (PNAS, 2004).

É importante também destacar que as situações de exclusão, vulnerabilidades e desigualdade social devem ser enfrentadas pelo conjunto de políticas publicas, começando segundo a PNAS (2004) pela política econômica que deve se comprometer com a geração de emprego e renda e distribuição da riqueza, quanto aos profissionais do SUAS devem ter clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que fazem parte da Seguridade Social. (PNAS, 2004)

O Serviço Social como profissão tem se estabelecido em diversos espaços ocupacionais, espaços onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do não trabalho, da saúde, da educação, dos idosos, da criança e do adolescente, de grupos étnicos que enfrentam o preconceito, expropriação da terra, questões ambientais, discriminação de gênero, raça, etnia e outras formas de violação de direitos. (CFESS, 2011)

Ainda segundo o CFESS (2011),

Os assistentes sociais brasileiros têm lutado em diferentes frentes e de diversas formas para defender e reafirmar direitos e políticas sociais que

inseridos em um projeto societário mais amplo, buscam cimentar as condições econômicas, sociais e políticas para construir as vias da equidade, num processo que não se esgota na garantia da cidadania. A concepção presente no projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro articula direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal. (CFESS, 2011).

Os deveres e competências dos profissionais de Serviço Social são orientados e norteados por direitos e deveres contidos no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão que devem ser observados e respeitados tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras.

No que se refere aos deveres dos assistentes sociais o Código de Ética afirma:

Art. 3º - São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão;
- c) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 2º - Constituem direitos do assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;

f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;

g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;

h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;

i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Como vemos no disposto acima, e segundo o Código de Ética o assistente social para atuar na política de Assistência Social deve se afastar das abordagens tradicionais, funcionalistas e pragmáticas, que fortalecem as práticas conservadoras e que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. (CFESS, 2011)

A atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social está orientada na Lei de Regulamentação da Profissão, mas exigem algumas competências gerais que são importantes para a compreensão do contexto sócio-histórico que situa sua intervenção, são elas: (CFESS,2011)

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996)

Essas habilidades permitem ao profissional realizar uma análise crítica da realidade e possibilita a partir daí criar uma estrutura de trabalho estabelecendo atitudes específicas e necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que lhe aparecem no cotidiano, para tal enfrentamento o profissional deve utilizar instrumentos adequados a cada situação. O uso de técnicas e estratégias deve ser definido pelo próprio profissional que tem o direito de organizar seu

trabalho com autonomia e criatividade de acordo com a demanda e realidade que ele vivencia(CFESS,2011).

Nessa perspectiva espera-se que a intervenção profissional seja capaz de enfrentar e superar duas grandes tendências presentes hoje no âmbito do CRAS:

A primeira é de restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um “grande plantão de emergências”, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda. A segunda é de estabelecer uma relação entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais. Esse tipo de relação incorre no risco de transformar o/a profissional em um/a mero/a fiscalizador/a das ações realizadas pelas ONGs e esvazia sua potencialidade de formulador/a e gestor/a público/a da política de Assistência Social. (CFESS, 2011)

Para FALEIROS, (2011) esta superação implica conflitos e confrontos de poderes e saberes, uma vez que a instituição possui um caráter disciplinador como foi destacado por FOCAULT,

Para tornar os indivíduos instrumentos dóceis e úteis, adestrando (adestramento) seus corpos, esquadrinhando os espaços onde vivem e por onde andam (esquadrinhamento), estabelecendo as series de atos que devem cumprir (gênese), vigiando suas ações e comportamentos (vigilância) e realizando as anotações, perícias, entrevistas, fichários (exames) sobre eles e, conseqüentemente, punindo-os (sanção normalizadora) quando não se adequam às normas estabelecidas. (FOUCAULT, 1977 apud FALEIROS, 2011)

Com isso queremos destacar que a autonomia do profissional de Serviço Social na competência de recursos e na prestação de serviços é limitada pelo autoritarismo, clientelismo e burocracia e também pela concorrência com outros profissionais que disputam o mesmo campo de ação. Esta situação gera confrontos que unem e separam diferentes profissionais, tecnocratas, funcionários e chefias, neste caso, esconder informações e utilizar manobras fazem parte do jogo de forças. (FALEIRO, 2011)

O mesmo autor ainda afirma que o grande desafio para o profissional de Serviço Social consiste na reorganização de seu cotidiano de acordo com a correlação de forças existente, para viabilizar o “acesso da população ao saber sobre elas mesmas, aos recursos disponíveis e ao poder de decisão”. Pois, o saber

descortina a mente, o acesso aos recursos facilita uma reapropriação dos excedentes retirados da população e o poder produz efeitos políticos de auto-reorganização.

Sendo assim, percebemos que o enfrentamento das desigualdades estruturais não acontece pela via da resolução de problemas individualizados, é necessário também o conhecimento da legislação social, a atualização do conhecimento dos marcos legal é uma necessidade contínua de todos os trabalhadores e deve ser buscada não só pelos assistentes sociais mas, por toda a equipe do CRAS. Entre as principais legislações que são instrumentos de trabalho dos profissionais encontramos:

- Constituição Federal – CF, 1988;
- Lei Orgânica da Saúde – LOS/1991;
- Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS/1992;
- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS / 1993;
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990;
- Estatuto do Idoso – Lei 10741/2004;
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
- Política Nacional do Idoso – PNI/1995
- Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência – PNIPD/1999;
- Norma Operacional Básica de Assistência Social– NOBSUAS/2005;
- Novo Código Civil;
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS/2007;
- Decretos e Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social;
- Programa Brasil sem Homofobia.

Por fim salientamos que o trabalho do assistente social na política de Assistência Social não esta separada das lutas pela garantia de um Estado democrático, comprometido com os direitos da classe trabalhadora. O trabalho profissional de acordo com o Código de Ética e com a Lei de Regulamentação da profissão solicita um profissional capaz de elaborar, reinventar e analisar propostas que de fato levem a democratização das relações sociais, assim como também requer um profissional conhecedor do instrumental técnico-operativo, que saiba potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação que estimule a participação dos sujeitos sociais nas decisões referentes a seus direitos e na forma de exercê-los. Conforme diz IAMAMOTO,

(...) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2011, p. 20)

Por fim entende-se que os profissionais de Serviço Social ao se apropriar dos direitos e deveres atribuídos a eles em seus campos, atrelados às competências permite a realização de uma análise crítica e a intervenção numa realidade, para tal são necessários a utilização adequada dos instrumentos técnicos, de estratégias que devem ser estabelecidos pelos assistentes sociais que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade conforme as demandas do campo em que atua. (CFESS, 2011)

3.3 Aspectos Metodológicos

Compreendendo a metodologia como “corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa”, metodologia científica como o conjunto de conhecimentos precisos e metodologicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber, GERHARDT e SOUZA (2009) e a pesquisa conforme define o autor Antonio Gil (2007):

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Gil (2007) apud GERHARDT e SOUZA (2009).

Pretendo nesta etapa apresentar os resultados da pesquisa realizada durante o desenvolvimento deste trabalho. As informações que serão expostas visam dar visibilidade a algumas situações vividas ou presenciadas pelos profissionais que atuam no CRAS.

Para criar uma discussão a respeito do tema A Atuação Profissional do Assistente Social no CRAS foi realizado pesquisas qualitativa e bibliográficas, segundo Silveira e Córdova (2009) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir de levantamento de referencias teóricas já analisadas e publicadas por meio escrito e eletrônicos como livros, artigos científicos, páginas de web sites, etc.”, ainda afirma

autor todo trabalho científico começa com uma pesquisa bibliográfica, pois é ela que proporciona ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre determinado tema.

Ainda utilizamos a pesquisa qualitativa, pois a mesma, conforme afirma as autoras Silveira e Córdova (2009) “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na dinâmica das relações sociais”. Não está preocupada com valores numéricos e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Os pesquisadores com a abordagem qualitativa buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem à provas de fato, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. SILVEIRA E CÓRDOVA (2009, p. 32).

Para coletar as informações dos sujeitos participantes da pesquisa utilizamos a pesquisa de campo, caracterizada pela investigação em que além da pesquisa bibliográfica se realiza coleta de dados junto a pessoas, segundo Marconi & Lakatos (1996) apud SANTOS (2012) a pesquisa de campo possibilita ao pesquisador obter um bom conhecimento sobre o assunto, mas é necessário que obedeça a regra, de primeiro ter o conhecimento do assunto, ter concluído a pesquisa bibliográfica para que no ato da entrevista o entrevistador esteja em consonância com as respostas dada pelo entrevistado.

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas estruturada com aplicação de questionários simples com perguntas abertas segundo Lakatos & Marconi (1985), “É uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito a pessoas”¹⁰. Ainda segundo GIL, (2008), é uma das técnicas mais adequada para a obtenção de informações a partir do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, também por serem de rápida aplicação não exigem muito do pesquisador. (SANTOS 2012).

Os dados obtidos foram sistematizados com base na análise do discurso, segundo Orlandi (2001) apud Santos (2012), a análise do discurso visa revelar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem, com o intuito de construir uma opinião crítica capaz de problematizar as formas de reflexão antes estabelecidas.

¹⁰ <http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/#ixzz3IOAq5f1S>

3.4 Resultados da Pesquisa

A pesquisa aconteceu durante a inserção da estudante no campo de Estágio na área de Assistência Social, alocada no CRAS – Ana Lúcia da Costa Silva – em Feira de Santana-Ba. Foram aplicados questionários aos profissionais do equipamento com o propósito de sondar a viabilização do projeto de intervenção.

Vale ressaltar que para aplicação do questionário, foram visíveis algumas barreiras dentre elas, a autorização da coordenadora para que os técnicos pudessem responder ao mesmo, (a coordenadora não participou da entrevista, mas teve uma cópia antes de autorizar os profissionais,) o medo de falar mais do que deveria, por parte dos profissionais, e a dúvida de como, para quê e para onde iriam os resultados.

Superada as barreiras vamos aos dados, O equipamento possui 12 profissionais, os questionários foram aplicados a 08 (oito) profissionais técnicos, os quais foram: 02 assistentes sociais (o equipamento possui 04 profissionais de serviço social, com a coordenadora, que juntamente com uma outra assistente social não participou da pesquisa) 01 (um) psicólogo, 01 (um) profissional de pedagogia, 02 (dois) orientadores sociais, (o equipamento possui 04 (três) orientadores sociais mais um deles se recusou a participar e o outro não foi possível encontrar), e 02 técnicos administrativos, ficaram fora da entrevista o profissional de serviço geral e portaria que também não quiseram participar.

Quero ressaltar que destacarei apenas as questões que nos forem pertinente e as respostas dos profissionais de serviço social quando forem necessárias serão identificadas como AS1 e AS2.

Para iniciar a entrevista comecei perguntando há quanto tempo exerciam a profissão que atuavam no equipamento, 05 deles responderam entre 08 meses e 02 anos. Lembrando que o equipamento estava passando pela transição eleitoral, todos os profissionais que atuavam durante a gestão anterior haviam sido trocados, com exceção de 01 auxiliar administrativo.

Quanto á formação todas as assistentes sociais são oriunda do Ensino à Distância (EaD) o período de atuação condiz com os anos de formação, pois assim que formaram entraram no mercado de trabalho. AS1- 01 ano apenas graduada em

Serviço Social e AS2- 02 anos, pós-graduanda em Política Pública, em relação à carga horária todas trabalham conforme sancionado por lei¹¹, 30 horas semanais.

O vínculo empregatício de todos os profissionais do equipamento, inclusive das assistentes sociais são contratos de trabalho, com duração de 02 anos, sem nenhum processo seletivo para a ocupação do cargo, podendo ser ou não renovado no final, assim como também ser dispensado a qualquer momento. Segundo a NOB?RH/SUAS os funcionários do CRAS devem ser efetivados por seus respectivos municípios, para evitar a descontinuidade das atividades realizadas pelos mesmos.

Assim, a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo (IAMAMOTO, 2008 p. 215)

Sobre as atribuições dos profissionais no equipamento, as assistentes sociais responderam:

AS1- “visita domiciliar, proteção social, acesso à proteção básica, direitos do usuário, fortalecimento dos vínculos
AS2- Visita domiciliar, proteção social, acesso à proteção básica, direitos do usuário à acessibilidade, fortalecimento de vínculos, inclusão no programa Bolsa Família – PBF, Minha casa, Minha vida –PMCMV e outros.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome, (2009) são atribuições dos profissionais de nível superior no Centro de Referência de Assistência Social:

- 1) Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS
- 2) Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias;
- 3) Realização de atendimento individualizado e visitas domiciliares as famílias referenciadas ao CRAS

¹¹ Lei 12.317/2010, aprovada em 26 de agosto de 2010 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm

- 4) Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- 5) Assessoria aos serviços socioeducativo desenvolvidos no território;
- 6) Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- 7) Alimentação do sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;
- 8) Articulações de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência.

É importante que cada profissional dentro do equipamento saiba com clareza suas atribuições para evitar que se incorpore atribuições que não são suas, até porque nestes espaços existem a interdisciplinaridade acarretando muitas vezes a indefinição de tarefas dentro da equipe.

Quando perguntado sobre as principais dificuldades para materialização de seu fazer profissional, todos os profissionais relataram a falta de recursos materiais, como, carro para as visitas domiciliares, material didático e humano, computadores, Projetor de imagem, DVD, Som, máquinas de costura, papel, canetas, etc., no entanto nenhum relatou a respeito da autonomia profissional, ou ainda da relação de poder, latente e visível dentro do equipamento.

Apesar dos avanços do SUAS a falta de recursos humanos e materiais tem dificultado o exercício profissional, situações em que os profissionais tiveram que colaborar financeiramente para comprar materiais para a condução do seu trabalho como decoração e lembranças para os demandatários em festas comemorativas, água mineral, papel para confecção de atividades e impressões. No campo de estágio havia computadores com internet (02 unidades), mas para usar tinha que pedir permissão bem como para imprimir materiais para atividades, um deles só era usado pela coordenação. A alegação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a falta de materiais é a falta de recursos financeiros.

Para lamamoto,

(...) um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, P.20)

Diante dos desafios apresentados, torna-se perceptível a luta cotidiana dos assistentes sociais por novos caminhos e a criação de estratégias reafirmando seu compromisso ético-político, de forma a sustentá-lo ante os enfrentamentos do dia-a-dia. O assistente social deve ser um profissional criativo, crítico e propositivo, que deve usar seu conhecimento para construir com os usuários respostas às suas demandas. No cotidiano profissional deve objetivar a garantia de direitos e melhorias das condições de vida do usuário do serviço, reconhecendo a questão social como objeto de intervenção profissional que exige uma atuação orientada para perspectiva totalizante, capaz de identificar os fatores determinantes das desigualdades sociais. Para tal ação é necessário que os assistentes sociais sejam capazes de realizar uma leitura crítica da realidade em que está inserido, identificar as respostas existentes no âmbito estatal e da sociedade civil, formulando e construindo em conjunto com os trabalhadores estratégias políticas e técnicas que possam modificar a realidade e pressionar o Estado para que garanta recursos financeiros, materiais e humanos com o propósito de ampliar os direitos dos usuários. (IAMAMOTO, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditando ter realizado anotações significativas durante a construção do trabalho, nesse momento quero apenas ressaltar o meu olhar diante do tema pesquisado lembrando o objetivo dessa pesquisa que é verificar a relação de força existente dentro da instituição pesquisada.

Apesar de durante a pesquisa os profissionais entrevistados em nenhum momento ter relatado sobre a relação de força existente e latente como barreira para atuação profissional, não podemos deixar de mencioná-las: a recusa para responder o questionário, a permissão para responder ao questionário solicitado à coordenação pelos profissionais, as respostas sob medida, e ainda o cotidiano presenciado enquanto estagiária tudo isso nos remete a uma relação que a supremacia do bloco dominante através do clientelismo, do autoritarismo e da burocracia envolve uma constante rearticulação da conformidade de forças sociais que perpassam as instituições como lugar de luta. Este bloco de poder não é permanente, e sim uma coalizão que é renovada em cada conjuntura onde as ameaças reais ou percebidas das classes dominadas se tornam mais ou menos manifestas nas correlações de forças.

Como possibilidade de ação do profissional de Serviço Social, o fortalecimento do poder popular respeitando e incentivando a criatividade e iniciativa populares que favoreçam o conhecimento das forças que se traduzem em pressões e também em negociações. As mudanças ocorridas na atuação profissional teórica e política se manifesta na luta ideológica para levar o Serviço Social a desculpabilizar a população das situações-problema que em seu imaginário anterior eram resultantes das falhas individuais.

Em relação às dificuldades encontradas para materialização do fazer profissional, de acordo com a pesquisa a falta de recursos financeiros, materiais e humanos foram apontados como dificuldades para materialização do exercício profissional, além disso, podemos acrescentar os baixos salários, vínculos e formas de contratação, contratos temporários, parciais, por projetos, por atividades, subcontratos e contratos provisórios, terceirizados, que reforçam uma inserção subalterna da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Essa forma inserção da profissão no mercado de trabalho ainda reforça um modo de atuar que é pontual,

fragmentário, imediatista e que limita o exercício da profissão a meras ações instrumentais, implicando na descontinuidade do trabalho, na alta rotatividade e perda de profissionais experientes comprometendo dessa forma a qualidade dos serviços.

Por fim, para fazer uma reflexão sobre como utilizamos o Projeto Ético-Político da Profissão em nosso cotidiano profissional podemos pensar nas condições de trabalho, como as que citamos no parágrafo anterior, na relação destes com o projeto Ético-Político Profissional, mas para isso é preciso pensarmos a partir da perspectiva da gestão de trabalho.

Existem três elementos fundantes para entendermos essa relação de condição de trabalho com o Projeto Ético-Político Profissional, o primeiro elemento é “o que fazemos?”, o segundo elemento é “por que fazemos?” E terceiro e último elemento “com que fazemos?”.

A Assistência Social como uma política tem seu espaço no conjunto das políticas de proteção social, no entanto, o papel dessa política não é assegurar todas as formas de segurança e proteção social, mas juntar-se às demais políticas sociais para a potencialização do acesso aos direitos, isso não acontece apenas pela garantia de serviços, sem recursos no cotidiano. É preciso investimento para potencializar as lutas da classe trabalhadora, é preciso haver denúncias de ausência de recursos para garantia de direitos. Podemos potencializar o acesso aos bens e serviços, mas não podemos perder de vista a dimensão de mobilização para ampliar a luta social pela universalização de todos os direitos.

Finalizamos chamando a atenção para a “mobilização coletiva” na qual é possível materializar os princípios e valores contidos no Código de ética Profissional, que é a aliança com a classe trabalhadora, precisamos dispor de tempo e espaço, além de disposição para sair da zona de conforto, de dentro do CRAS, e juntar-se a comunidade, nas organizações da mulheres e homens, sair dos portões do CRAS onde só temos a oferecer respostas individuais para as questões que são coletivas, precisamos ir para a rua discutir com a população essas questões.

Ressaltamos que não é a ação nem o instrumento que determina a especificidade profissional, mas o “por que” faço, com que objetivo faço e qual a direção que vou dar aos instrumentos e técnicas utilizados, em outras palavras podemos dizer que o profissional de Serviço Social possui capacidade e autonomia

para estabelecer as estratégias e instrumentos que lhe permita organizar o trabalho com criatividade e condições objetivas e construir resposta de acordo com as demandas junto com a população.

REFERÊNCIA

BRAZ, Marcelo Moraes Reis. **Notas sobre o Projeto Ético-político do Serviço Social**, IX CBAS- Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional, 20-24 de julho de 1998 – Goiânia-GO. Disponível em: <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>.

CFESS- **Parâmetro para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social** – Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais – Brasília-DF – 2011.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. **O trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS** - Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011 (142-154)

GUERRA, Yolanda, **Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011 (142-154)

BOSCHETTI, Ivanete Salete, **Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional** - Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011 (142-154)

SANTOS, Edina Maria de Souza. **O Trabalho do assistente social na área de assistência social no município de santo Antonio de Jesus**: reflexões sobre os limites e possibilidades. UFRB- Cachoeira-Ba, 2012.

BRASIL. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS** (aprovado a 8 de maio de 1965)http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf

_____ **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS** (Aprovado em Assembléia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) – Seção São Paulo, em 29-IX-1947) http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf.

_____ **LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.** http://www.cress-es.org.br/site/images/Leis_e_decretos/lei_8662_alteracao_30_horas.pdf

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. 4ª Ed. São Paulo. Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder Institucional**. 10 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Ana Maria. **Política de Assistência Social e Programas de Transferência de Renda**: Particularidades de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado – UFJF, 2007

FERREIRA, Andressa do Nascimento. **A atuação profissional dos Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de São Pedro da Aldeia–RJ.** Monografia 2013. Disponível em <http://www.puro.uff.br/tcc/2012.2.pdf>

GARCIA, Marcelo. Comentando o Artigo Quarto da LOAS. Disponível em <http://www.marcelogarcia.com.br/ntpublicados1054.html>. 17/08/2011.

KONNO, Cristiane Carla. **A Formação Profissional na Consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. (13 a 15 de outubro de 2005) UNIOESTE- Campus Cascavel. Disponível em: http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MS40.pdf

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo. Ed. Cortez, 2008.

QUINONERO, Camila G. et al. **Princípios e Diretrizes da Assistência Social: da LOAS a NOB/SUAS.** Revista O Social em Questão, ano XVII, nº 30, 2013, (p. 47-70).

SILVA, Marcela Mary José da. **A Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Campinas – SP. Papel Social, 2012.

YASBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais.** Disponível em: <http://sosservicosocial.com.br/s/wp-content/uploads/2013/05/Yazbek-Maria-Carmelita.-Estado-e-pol%C3%ADticas-sociais.pdf>

APÊNDICE

Questionário

Nome: _____

Profissão: _____

Quanto tempo de formação? _____

Local de formação? _____

Há quanto tempo trabalha neste Local?

06 meses 01 ano 02 anos Outro.

Quanto? _____

Quanto ao seu vínculo empregatício você é...

Concursado contratado outro

Qual a sua atribuição neste local?

Enfrenta alguma dificuldade para materialização do seu fazer profissional?

sim não

Quais os projetos realizados por este equipamento atualmente?

Quais os serviços oferecidos aqui no CRAS?

O que é o SCFV?

Como você considera a capacitação profissional?

importante irrelevante necessária

Você participaria de uma capacitação sobre SCFV?

sim não

Que temas gostaria que fosse abordado

Infância / Adolescência e Direitos humanos

Infância / Adolescência e Saúde

Infância /Adolescência e Meio Ambiente

Infância /Adolescência e Cultura

Infância /Adolescência e Esporte e Lazer

Infância / Adolescência e Trabalho